

Esvaziando ainda mais o ensino

Indúncias

Das mais oportunas a justamente indignada carta que nos enviou uma professora de Inglês de Campinas, d. Sônia Maria Picinini, publicada em nossa seção *Dos Leitores*, na última quinta-feira. Protesta ela, professora de Inglês em ginásios e colégios há 14 anos, contra a decisão de transformar a disciplina que leciona em "atividade". Como se sabe, a famigerada Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, revogada apenas nos dispositivos relativos à profissionalização obrigatória, distingue entre *atividades*, características das primeiras séries de 1º grau (isto é, do primário), as *áreas de estudo*, próprias das últimas séries do 1º grau e de parte do ginásio, e as *disciplinas* propriamente ditas, das últimas séries do 1º grau e do colégio. Isso em geral, porque, às vezes, como acontece agora com o inglês em nosso Estado, uma *disciplina* pode virar *atividade*. E, pedagogices à parte (ah! que mal faz a educação a pedagogice!), a avaliação do desempenho de um estudante em *atividades* não precisa ser obrigatoriamente levada em conta na promoção dos alunos. De forma que, se há muitas reprovações em uma *disciplina*, mandam os preceitos "democráticos" que estão em moda (e de acordo com os quais qualquer reconhecimento de competência e de mérito na escola fariam desta uma instituição "elitista" ou aristocrática) que ela seja, na melhor das hipóteses, convertida em *atividade*, sem possibilidade de reprovar ninguém e, portanto, completamente esvaziada de suas funções.

Aliás — antes da transformação da *disciplina* em *atividade*, para o que se invocou, entre outras coisas, a flexibilidade relativa ao ensino de línguas, que a própria Lei nº 5.692 estabelece no seu art. 8º, especialmente, no caso, no seu §2º —, chegou-se a pensar, no âmbito da Coordenação de Normas Pedagógicas (Cenp), na própria extinção do ensino de línguas estrangeiras! Bela "democratização" essa, que chega até a imaginar a sonegação do conhecimento aos alunos das escolas públicas, que, no caso do 1º e do 2º grau, não são os melhor aquinhoados pela fortuna: estes, que irão normalmente para as universidades públicas, preferem, em matéria de escola primária, ginásio e colégio, os estabelecimentos particulares tradicionais, nos quais a preocupação é com o ensino e o rendimento escolar do aluno, e não com a quantidade de reprovações. E muito provável que os responsáveis pela Cenp desmintam essa informação, já que sua intenção não chegou a concretizar-se: pouco importa, já que nossa afirmação se baseia em relato de fonte segura e de nossa integral confiança.

Comentando a medida (também ela dirá respeito ao "resgate da dignidade dos professores", de que fala a Secretaria da Educação?), que deve reduzir a reprovação nas escolas, escreve a professora Sônia Maria Picinini: "Os experts em educação são de opinião que é assim que resolvem o problema da reprovação? Parece-me que é como tudo o mais neste país. Um erro encobrindo o outro.

Será que o meio correto é desvalorizar mais ainda a disciplina e o profissional, ou seria procurar, como começávamos a fazer neste final de ano, um método melhor que motivasse mais as aulas e estimulasse a aprendizagem desta língua universalmente falada? Que motivos temos agora para isto? Somos marginalizados como os professores de Educação Artística e de outras atividades, que se sentem palhaços porque não podem nem exigir trabalho dos alunos, pois que estes dizem, para quem quiser ouvir, que não têm nota mesmo", pouco importando, portanto, o cumprimento ou não de seus deveres. E continua ela perguntando se os mesmos experts tentarão influir para que se retire o inglês dos vestibulares, como consequência lógica de sua posição *capitis* diminuída no ensino de 1º e 2º graus.

Tem carradas de razão a professora de Campinas. Não é com esse procedimento pseudodemocrático de "democratização da escola", fundida com sua facilitação e esvaziamento, que a vão tornando cada vez mais inútil para a obtenção dos conhecimentos sem os quais o homem não se pode realizar como homem, que se irá enfrentar o problema real da reprovação. Aliás, se houvesse avaliação séria do rendimento escolar, a reprovação não seria muito grande apenas em línguas estrangeiras (mas, por acaso, se ensina qualquer outra língua estrangeira na escola pública?), mas em todas as disciplinas, já que a condição para o entendimento adequado de qualquer

uma delas — incluindo a Matemática e as Ciências Naturais — é a posse da própria língua, no caso o Português, sem o que o aluno, na verdade, não penetrará no universo da comunicação verbal inteligente, que está na base da cultura. E todos sabemos — mostram-no os vestibulares, aos quais concorre a "nata dos nossos estudantes" — a terrível deficiência que se encontra no campo da expressão em vernáculo.

Não é honesto, pois, "tapar o sol com a peneira", com a utilização de expedientes como esse da transformação do inglês de *disciplina* em *atividade* (quanto ao Francês, já foi transformado, em nossa escola média, em "língua morta"), com o fim específico de diminuir índices de reprovação. Afinal, o real objetivo da escola não é o de obter índices de aprovação, diplomar e abrir vagas para as sucessivas levas anuais de novos alunos, mas é o de *ensinar*, de forma que o aluno efetivamente aprenda e, com isso, se possa converter em homem, em cidadão e, em consequência, num profissional capaz e produtivo.

É evidente que isso não é fácil: pelo contrário, é, provavelmente, o maior desafio que enfrentamos, maior do que o da nossa dívida externa ou da inflação. Mas, precisamente por isso, é um problema que deve ser honestamente enfrentado em todos os seus aspectos — e não ladeado com medidas que, na melhor das hipóteses, seriam uma espécie de "reação de aveSTRUZES".